

MARÚ SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. - CNPJ(ME) 39.519.944/0001-05											
Relatório da Administração											
Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Marú Sociedade de Crédito Direto S.A. , acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O lucro do semestre findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 5 mil . Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, a Marú Sociedade de Crédito Direto S.A. , mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital. Em 31 de dezembro de 2021, os limites operacionais Marú Sociedade de Crédito Direto S.A. , apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.											
Flávia Palácios Mendonça Bailune - Diretoria, Marcelo Michalú - Diretoria											
Balança Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2021 - Valores em R\$ 1.000											
Ativo	NE	31/12/21	31/12/20	Passivo	NE	31/12/21	31/12/20	Demonstração do Resultado em			
Circulante	1.189	1.506	1.506	Circulante	5	323	323	Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 - Valores em R\$ 1.000			
Disponibilidades	1	-	-	Outros Passivos	4	5	323	NE	2º-Sem-21	2021	2020
Instrumentos Financeiros	1.182	1.506	1.506	Fiscais e previdenciárias							
Títulos e valores mobiliários	3	1.182	1.506	Diversas	5	3	323				
Outros Ativos	6	-	-	Não Circulante	59	-	-				
Outros créditos - Diversos	6	-	-	Outros Passivos	59	-	-				
				Outras diversas	5	59	-				
				Patrimônio Líquido	1.125	1.183	-				
				Capital:	6.a	1.500	1.500				
				De Domiciliados no país		1.500	1.500				
				(Prejuízos acumulados)		(375)	(317)				
Total do Ativo	1.189	1.506	1.506	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.189	1.506	1.506				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido											
Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 - Valores em R\$ 1.000											
Semestre de 01/07/21 a 31/12/21											
	Capital realizado	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação de Controladores	Total							
Saldos no Início do Semestre em 01/07/21	1.500	(380)	1.120	1.120							
Lucro líquido do semestre	-	5	5	5							
Saldos no Fim do Semestre em 31/12/21	1.500	(375)	1.125	1.125							
Mutações do Semestre:	-	5	5	5							
Exercício de 01/01/21 a 31/12/21											
	Capital realizado	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação de Controladores	Total							
Saldos no Início do Exercício em 01/01/21	1.500	(317)	1.183	1.183							
Prejuízo do exercício	-	(58)	(58)	(58)							
Saldos no Fim do Exercício em 31/12/21	1.500	(375)	1.125	1.125							
Mutações do Exercício:	-	(58)	(58)	(58)							
Exercício de 01/01/20 a 31/12/20											
	Capital realizado	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Participação de Controladores	Total							
Saldos no Início do Exercício em 01/01/20	-	-	-	-							
Aumento de capital	1.500	-	1.500	1.500							
Prejuízo do exercício	-	(317)	(317)	(317)							
Saldos no Fim do Exercício em 31/12/20	1.500	(317)	1.183	1.183							
Mutações do Exercício:	1.500	(317)	1.183	1.183							
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Notas explicativas às demonstrações financeiras - No semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores em milhares de Reais)											
<p>1. Contexto operacional: A MARÚ Sociedade de Crédito Direto S.A ("Sociedade") fundada em 17 de julho de 2019, é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 17 de abril de 2020, e registrada na Receita Federal do Brasil em 22 de outubro de 2020. Tem por objeto social operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; prestação de serviços de análise de crédito e cobrança; e a emissão de moeda eletrônica e gestão de conta de pagamento pré-paga. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.656/2018, de 25 de abril de 2018, do Banco Central do Brasil (BACEN). 2. Apresentação das demonstrações e resumo das práticas contábeis - a. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração, que em atendimento ao disposto no artigo 8º, da Resolução CMN nº 4.818/20, declara de forma explícita e sem reserva, que as Demonstrações financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do CMN e do BCB, bem como, que é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções. Foram elaboradas a partir das práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A Administração avaliou a capacidade da Sociedade em iniciar e continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de iniciar e continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no pressuposto da continuidade. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade e foram aprovadas em 20 de janeiro de 2022. b. Descrição das práticas contábeis b.1 Instrumentos financeiros - Títulos e Valores Mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias: (i) Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. (ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. (iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Sociedade não possuía títulos próprios classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii) e não possuía instrumento financeiro derivativo. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13. b.5 Ativos e passivos contingentes: Os ativos contingentes só devem ser registrados quando líquidos e certos e os passivos contingentes quando provável uma estimativa de perdas. Não há no momento ativos e passivos contingentes em qualquer situação envolvendo a Sociedade. b.6 Demonstração do fluxo de caixa: A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto. b.7 Ativo e Passivo circulante: Ativos circulantes - são apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço. Passivos circulantes - são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. b.8 Resultado recorrente e não recorrente: A Sociedade considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da Sociedade. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, salienta-se que nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve resultados não recorrentes. b.9 Impostos de renda, contribuição social: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 20 sobre as bases de apuração mensal para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável geram créditos ou débitos tributários diferidos. 3. Títulos e valores Mobiliários: Em 31 de dezembro de 2021 os títulos e valores mobiliários estão representados por cotas de fundos de investimentos no montante de R\$ 1.182, e, em 31 de dezembro de 2020 o valor depositado em títulos públicos federais era de R\$ 1.506 depositados pelos acionistas para a integralização do capital suscrito, e que se ficou sob custódia do BACEN até a finalização do processo de autorização para funcionamento. 4. Outros passivos</p>											
	Fiscais e previdenciárias	2	-	31/12/2021	31/12/2020						
	Impostos e contribuições a recolher	2	-								
	Diversas	3	323								
	Outras despesas administrativas	3	-								
	Valores a pagar sociedades ligadas (ver Nota Explicativa)	-	323								
	Total	5	323								
5. Partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade possui valores a pagar com a parte relacionada "RB Capital Serviços de Créditos Ltda" no montante de R\$ 59 (R\$ 323 em 31 de dezembro de 2020) referente a pagamento de despesas da Sociedade, classificados em Outras Obrigações Diversas no passivo não circulante. 6. Patrimônio líquido - a. Capital social: O capital social de R\$ 1.500, está representado por 1.500.000 de ações ordinárias, todas nominativas, totalmente integralizadas por acionistas no País. b. Destinações do lucro: O estatuto social determina que, do lucro líquido apurado em cada balanço anual, serão destinados: a) 5% à constituição de reserva legal até o limite de 20% do capital social. b) Pagamento de dividendos aos acionistas de no mínimo 5%, observadas as disposições legais aplicáveis. c) O saldo, se houver, deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com a proposta submetida pela administração. Em 31 de dezembro de 2021 não houve destinações do lucro pois a sociedade apresentava prejuízo. 7. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos: As Sociedades de Crédito Direto - SCD, estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Sociedade deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade da Sociedade. De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos devem, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, minimizar a ocorrência de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez e fazer o gerenciamento de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos, através de área de Gestão de Riscos, com reportes a alta administração da Sociedade. 8. Outros assuntos: Nos primeiros meses de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Esse evento acabou afetando a economia mundial e brasileira e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras. Nesse momento, a administração da Sociedade ainda não pode mensurar com alguma precisão os efeitos em seus negócios decorrentes da propagação da nova doença COVID-19. 9. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor: Informamos que a Empresa contratada para auditoria das demonstrações contábeis da Instituição não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste. 10. Outros assuntos: Após o encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2021 não houve eventos subsequentes relevantes até o encerramento destas demonstrações financeiras.											
A DIRETORIA											
Reinaldo Dantas - Contador - CRC 1SP110330/0-6											
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras											
Aos Ilmos. Srs. Acionistas e Diretores da Marú Sociedade de Crédito Direto S/A - São Paulo, SP.											
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Marú Sociedade de Crédito Direto S/A ("Marú SCD") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como, as respectivas notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Marú Sociedade de Crédito Direto S/A ("Marú SCD") em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração da "Marú SCD" é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da "Marú SCD" continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda li-											
quidar a "Marú SCD" ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da "Marú SCD" são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: i. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ii. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da "Marú SCD". iii. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. iv. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da "Marú SCD". Se concluímos que existe uma incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais manter-se em continuidade operacional. v. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. vi. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.											
São Paulo, SP, 02 de fevereiro de 2022											
FINAUD Auditores Independentes SS											
CNPJ: 20.824.537/0001-83											
CRC 2 SP 032354/0-0 - CVM: 12.288											
Wellington Vieira Araújo - Contador-CRC 1 SP136.741/0-6											

